

CARACTERIZAÇÃO DA DITADURA PÓS-1964: DISCUSSÕES TEÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS A NATUREZA DO SISTEMA DITATORIAL BRASILEIRO

CARACTERIZACIÓN DE LA DICTADURA POST-1964: DISCUSIONES TEÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS LA NATURALEZA DEL SISTEMA DICTATORIAL BRASILEÑO

CHARACTERIZATION OF THE POST-1964 DICTATORSHIP: THEORETICAL AND HISTORIOGRAPHICAL DISCUSSIONS THE NATURE OF THE BRAZILIAN DICTATORIAL SYSTEM

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59409>

Tiago Monteiro¹

Resumo: Esse artigo analisa os principais conceitos voltados ao entendimento da ditadura pós 1964. Tal abordagem não é inédita mas tem sido minimizada por estudiosos de diferentes matrizes de pensamento que, em comum, compartilham de pelo menos duas premissas. A primeira tem sido a pouca propensão em discutir as bases teóricas dos conceitos que orientam as suas pesquisas. A segunda é ênfase na análise, descrição e discussão das fontes nos trabalhos acadêmicos. Por outro lado, nosso artigo dialogará com as tradições interpretativas voltadas para a conexão entre teoria e evidências, examinará os fundamentos das categorias tidas como referenciais para adjetivar a ditadura, suas motivações e fragilidades.

Palavras-chaves: Ditadura. Debate historiográfico. Conceituação.

Resumen: Este artículo analiza los principales conceptos destinados a comprender la dictadura posterior a 1964. Tal enfoque no tiene precedentes, pero ha sido minimizado por académicos de diferentes perspectivas que, en común, comparten al menos dos premisas. La primera ha sido la falta de propensión a discutir las bases teóricas de los conceptos que guían sus investigaciones. El segundo es un énfasis en el análisis, descripción y discusión de fuentes en trabajos académicos. Por otro lado, nuestro artículo dialogará con las tradiciones interpretativas centradas en la conexión entre teoría y evidencia, examinará los fundamentos de las categorías tomadas como referencia para describir la dictadura, sus motivaciones y debilidades.

Palabras Claves: Dictadura. Debate historiográfico. Conceptualización.

Abstract: This article analyzes the main concepts aimed at understanding the post-1964 dictatorship. Such an approach is not unprecedented but has been minimized by scholars from different perspectives who, in common, share at least two premises. The first has been the lack of propensity to discuss the theoretical bases of the concepts that guide their research. The second is an emphasis on analysis, description and discussion of sources in academic works. On the other hand, our article will dialogue with the interpretative traditions focused on the connection between theory and evidence, it will examine the foundations of the categories taken as references to describe the dictatorship, its motivations and weaknesses.

Keywords: Dictatorship. Historiographical debate. Conceptualization.

Introdução

A natureza do regime político implantado a partir de abril de 1964 começou a ser pensada assim que o presidente João Goulart foi deposto. Documentos como o Ato Institucional de 9 de abril de 1964 e

as numerosas entrevistas realizadas nos dias posteriores ao golpe nos informam que os responsáveis pelo golpe e seus aliados trataram de proclamar que haviam promovido uma autêntica revolução, a qual romperia com os males do passado e abriria novas e positivas perspectivas para o futuro do Brasil. Igualmente, afirmaram que agiam segundo a vontade nacional e o compromisso democrático e, por essas razões, eles eram diferentes dos executores do golpe do Estado Novo (novembro de 1937) e dos levantes armados promovidos em outros países da América Latina pois esses eram movidos por interesses particulares que culminavam em regimes ditatoriais e personalistas.

Por sua vez, embora surpreendidas pelo modo rápido em que as instituições democráticas foram destruídas pelo golpe, as diferentes organizações de esquerda não aceitaram a derrota e passaram a agir contra a nova ordem e a produzir reflexões sobre ela. Nos concentraremos na segunda atitude. Em linhas gerais, as esquerdas denunciaram o caráter reacionário do golpe e contrarrevolucionário da ditadura, assim como enfatizaram o caráter submisso dela em relação ao imperialismo e aos Estados Unidos (EUA). Em contrapartida, tal base comum foi a base para diversas interpretações.

O PCB utilizou o termo “ditadura reacionária e entreguista”, a Ação Libertadora Nacional (ALN) caracterizou como “ditadura militar fascista”, o PCdoB denominou “ditadura militar neocolonialista”, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) empregou a expressão “ditadura das classes exploradoras” (CARONE, 1979, p. 31-77) (FICO, 2017, p. 51-52).

Assim, as atenções voltadas para entender quais foram os traços singulares da ditadura inaugurada em 1964 duram aproximadamente 60 anos. Esses esforços deixaram de ser exclusivos dos meios políticos uma vez que cientistas políticos, jornalistas, historiadores também tomaram parte de tais debates. A redemocratização favoreceu tais iniciativas porque facilitou o acesso a arquivos outrora inacessíveis, propiciou maior liberdade para produzir e publicar e ocorreu em um contexto de introdução de novas metodologias de pesquisa na academia. Nas últimas décadas, o volume de estudos cresceu ainda mais em razão da criação de novas universidades e da expansão do sistema de pós-graduações no Brasil. Porém, podemos observar também que a ampliação da quantidade de trabalhos não foi acompanhada na mesma proporção pelas reflexões teóricas. Partido de premissas opostas, Marcelo B. Mattos (2014, p. 67) e Carlos Fico (2017, p. 19-20) observaram que as considerações de fundo teórico-metodológicas têm sido secundarizadas por parcelas importantes dos estudiosos brasileiros, os quais têm se voltados com maior vigor para os estudos empíricos e para desbravar assuntos poucos problematizados. Em geral, esses últimos por considerarem que as teorias são espécies de “camisa de força” dogmática sobre os estudos e que a realidade não pode ser compreendida a partir de conceitos.

Essas perspectivas empiristas não são consensuais e existem tradições de estudiosos que persistem em considerar indissociáveis a união entre reflexões teóricas e a análise empírica. Nosso trabalho colaborará com tais vertentes a partir do estudo dos principais conceitos concebidos para interpretar o sistema ditatorial vigente no Brasil a partir de 1964. Procederemos a partir das seguintes especificações. Esse artigo é oriundo de debates presentes no capítulo 02 da minha tese de doutoramento defendida em 2017 e denominada “Transições e trajetórias: um estudo comparativo das elites políticas das Transições de Regime da Argentina,

do Brasil e do Chile (1974-1990)”. Porém, nessa ocasião iremos nos concentrar exclusivamente no caso brasileiro ao invés de um estudo comparativo da Argentina, Brasil e Chile. Em segundo lugar, excluiremos da nossa análise as intervenções realizadas pelos partidos políticos. Do mesmo modo, reconhecendo a impossibilidade de conhecer toda a gama de termos voltados para caracterizar a ditadura, nos concentraremos nos mais recorrentes. Por fim, privilegiaremos a produção de autores marxistas não apenas em razão do perfil dessa revista, mas também em função da importância dessa corrente de pensamento não apenas para esse campo de estudos, mas para os dirigentes e sicários ditatoriais que buscaram de diferentes maneiras silenciar tal matriz de ideias e ações políticas.

No que diz respeito à metodologia, desenvolvemos esse trabalho a partir de uma pesquisa bibliográfica para identificar os conceitos mais utilizados para caracterizar a ditadura brasileira pós-1945. Consultaremos livros, artigos, capítulos de livros e publicações acadêmicas. Em seguida, apresentaremos um determinado conceito, suas bases teórico-metodológicas e os principais expoentes de tal interpretação. Posteriormente, faremos nossas ponderações sobre cada concepção apreciada.

Apresentado os principais conceitos

A definição “ditadura militar” tem sido usada por diferentes segmentos da sociedade. Entre as leituras recorrentes e muito presentes no senso comum, podemos mencionar a noção de que foi uma ditadura das forças armadas (FFAA) sobre o restante da sociedade e/ou que foi um regime baseado na força coercitiva dos militares. Por outro lado, como será apresentado em seguida, a produção acadêmica construiu uma interpretação mais sofisticada sobre esse conceito.

Seus adeptos consideram que em última instância o poder político esteve sob o controle dos colegiados superiores das FFAA. Exemplificam suas colocações destacando que os militares exerceram os mais relevantes cargos da administração federal – como a presidência da República, ministérios e diretoria das empresas estatais – e estiveram presentes em órgãos consultivos e na chefia dos estados. As sucessivas crises foram resolvidas por intervenção direta das FFAA, as quais tutelaram os poderes legislativo e judiciário (que foram mantidas e destituídos de suas principais atribuições) e criaram novos centros de poder como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Essas estruturas significaram a militarização do aparelho de Estado e das funções de repressão política.

Os professores Rodrigo Sá Motta, Carlos Fico compartilham dessa compreensão. No campo marxista, podemos destacar, João Quartim de Moraes, Armando Boito Júnior e João R. Martins Filho.

Segundo Fico, o regime pós-golpe foi uma “ditadura militar” porque as FFAA organizaram a moldura institucional da ditadura, controlaram os meios de repressão, decidiram pela força quando os atos institucionais e as constituições seriam outorgados, impuseram o ritmo e as mudanças ao longo da Transição Política. Igualmente, o desenvolvimento da arena política se dava a partir do entendimento dos chefes militares, os quais resolviam “os problemas com as armas” (FICO, 2017, p. 60). Ele ressaltou importância da comunidade de informações na ditadura e acrescentou que “que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, mas

também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, [...] imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares” (FICO, 2017, p. 17-53).

Sem questionar os princípios dessa caracterização, Sá Motta destacou que os militares conferiram unidade à ditadura, foram árbitros nos momentos de disputas entre os diferentes aliados do regime e fiadores do ambíguo projeto “modernizador-conservador”. O último era ambíguo porque conciliava aspectos modernizadores (expansão das atividades industriais, desenvolvimento da infraestrutura e dos serviços de transportes, construção de novas universidades, ampliação das existentes e multiplicação do acesso de professores e estudantes a tais instituições) e repressores (torturas físicas e psicológicas, assassinatos, demissões e milhares de trabalhadores, instalação do sistema de repressão e informação).

Motta ainda argumentou que as ações da cúpula ditatorial eram orientadas pelo anticomunismo característico da Guerra Fria (1947-1991) e por elementos da “cultura política” brasileira: o autoritarismo, o liberalismo conservador, o personalismo (o primado dos laços e compromissos pessoais em detrimento dos projetos coletivos e das relações impessoais), o elitismo (que explica a maior violência e insensibilidade em relação às classes desprivilegiadas), a busca pela conciliação/acomodação a fim de negociar os conflitos e reduzir as tensões (incorporando parte das propostas dos movimentos sociais favoráveis às Reformas de Base ao seu universo de políticas públicas) e por outras tradições e padrões culturais comuns a um povo. Por fim, Motta advertiu que cultura política brasileira convive, dialoga e disputa espaço com outras culturas políticas, entre as quais a socialista, comunista e a tradicionalista (MOTTA, 2013, p. 09-32) (MOTTA, 12 jun. 2017) (MOTTA, p. 109–137, 2018).

Quartim de Moraes e Boito Júnior concordam que o conceito “ditadura militar” pretende explicar o modo de exercício do poder de Estado e não o conteúdo social das ditaduras, seu conjunto dos interesses ideológicos, políticos e econômicos que operaram o golpe e a ditadura. Em especial, Quartim de Moraes destacou que a ditadura foi instalada e preservada por uma parcela das forças armadas e não por todos os militares. Os grupos de oficiais vencedores em abril de 1964 eram em sua maioria adeptos da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Eles exerceram o poder em nome e com a cumplicidade das burguesias nacional e estrangeiras, as quais foram as grandes beneficiadas do período. Boito Júnior, por sua vez, acrescentou que as classes médias foram a base social do golpe e da ditadura e que o termo civil é vago, genérico e sem valor conceitual pois se refere ao conjunto da sociedade, que estava profundamente dividida diante do golpe (MORAES, 2012a), (MORAES, 2012b) e (BOITO JR, 2014).

Partindo das propostas teóricas do marxista Nicos Poulantzas e se concretando no período de 1964 a 1969, do golpe a eleição do general Emílio Médici, Martins Filho valorizou a preponderância das FFAA sobre os demais ramos no aparelho de Estado para determinar a forma de regime político pós- 1964. Apontou que os valores corporativos militares foram disseminados para o conjunto da sociedade e que o aparato repressivo foi militarizado, institucionalizado e convertido em canais de poder exclusivos das FFAA. Citou que em variados momentos os oficiais se dividiam espécies de “partidos militares”, cujos conflitos determinaram os rumos da ditadura militar. Por outro lado, demonstrou que as rivalidades militares em

suspensas em momentos de crises e, em geral, as últimas em respondidas com o aumento da militarização da política (MARTINS FILHO, 1995, pp. 14-41).

Concluindo nossas observações sobre a perspectiva “ditadura militar”, cabe lembrar ainda que os estudiosos que a utilizam não rechaçam a existência de aliados civis nas ditaduras, mas salientam o papel subordinado que os civis tiveram em tal sistema político.

A definição “ditadura civil-militar” também tem sido utilizada por numerosos estudiosos, os quais enfatizam que o poder político fora compartilhado por elites civis e militares na preparação e execução dos golpes e na gestão das ditaduras. Outra posição presente no cerne de tal conceito é a premissa de que existiram momentos em que determinadas práticas e valores das ditaduras contaram com expressivo apoio popular.

Daniel Aarão Reis Filho, Beatriz Kushnir, e Janaína Cordeiro são pesquisadores que representam esse viés explicativo.

Segundo Daniel Aarão Reis, civis das mais variadas camadas brasileiras apoiaram a instauração e manutenção da ditadura. Desse conjunto, destacaram-se os líderes partidários, dirigentes empresariais, participantes conservadores de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Eram os expoentes da chamada Direita política do período (REIS FILHO, 2012). Nas décadas posteriores à deposição do presidente Goulart, eles se encarregaram de administrar o Brasil junto com os militares em postos de relevo em “empresas estatais, nos ministérios, nas comissões e conselhos de assessoramento, os cursos de pós-graduação, as universidades, as academias científicas e literárias, os meios de comunicação, a diplomacia, os tribunais” (REIS FILHO, 2012). Os civis organizaram dois partidos políticos para representar os interesses da cúpula ditatorial e de outras camadas da Direita nos órgãos legislativos das esferas federal, estadual e municipal: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vigente de 1965 a 1979, e Partido Democrático Social (PDS), criado em 1979 e que sobreviveu ao ocaso da ditadura.

Reis Filho apontou também que o programa de modernização conservadora elaborado pela direita civil-militar obteve a adesão de parte das camadas populares em diferentes momentos. Durante a preparação do golpe, os populares engrossaram as fileiras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e das Marchas da Vitória que ocorreram em várias cidades do Brasil em 1964. Na era ditatorial, destacou a popularidade do general Emílio Médici ao longo do seu governo e o elevado número de votos que a ARENA recebeu ao longo de sua existência (REIS FILHO, 2010, p. 174).

A historiadora Beatriz Kushnir partilha do pensamento de que a ditadura era “civil-militar” uma vez que diferentes grupos civis colaboraram na campanha contra o governo Goulart, da insurreição de abril de 1964 e na sustentação das estruturas ditatoriais. Assim como Aarão Reis, menciona a importância da Igreja Católica em todo o período das décadas de 1960 a 1980 (KUSHNIR, 06 nov. 2014). O apoio concedido pelos meios de comunicação ao *establishment* ditatorial tem sido foco das pesquisas de Kushnir a autora apontou que tal postura se deu de diferentes formas: ocultado crimes ou manifestações contrárias aos interesses dos líderes civis-militares, divulgando notícias falsas que diziam que os militantes assassinados em sessões de tortura haviam sido mortos em acidentes, reproduzindo mensagens ufanistas dos governos,

participando dos órgãos de censura, promovendo jornalistas favoráveis ao regime ou que praticassem a autocensura de forma mais eficaz (KUSHNIR, 2001, p. 31-356).

Janaína Cordeiro segue as linhas de argumentação da caracterização “civil-militar” e tem examinado como foram construídos os consensos a favor da ditadura. De acordo com a autora, as formas de apoio ao regime foram mutáveis, plurais e diversificados. Porém, a leitura da obra dela permite identificar dois grandes momentos. O primeiro foi iniciado a partir do golpe e reuniu as forças políticas que depuseram Goulart. O pacto era fundamentado em princípios como o anticomunismo, o elitismo, a ideia da defesa das tradições e da família, o discurso da luta contra a corrupção e na defesa da punição aos adversários do regime. Por sua vez, a partir do final da década de 1960 e principalmente no governo Médici, o pacto social em torno do sistema adquiriu novos contornos e se fundamentou na euforia do desenvolvimento econômico e nas promessas da transformação do país em uma potência, bem como nos sentimentos cívicos, nacionalistas e na satisfação da vitória sobre a ameaça comunista. As camadas da sociedade presentes no pacto se alargou nos exemplos citados. No primeiro caso, em geral, eram membros das classes médias, clérigos e indivíduos atuantes na Igreja Católica, elementos privilegiados das cidades e do interior. No período do Milagre Econômico (1968-1974), a ditadura gozou de uma certa popularidade em virtude da ação da propaganda política, do processo de mobilidade social e em das respostas às iniciativas governamentais de associar ao regime a conquista do tricampeonato da seleção nacional de futebol (1970) e as celebrações do Sesquicentenário da Independência (1972) (CORDEIRO, 2012, p. 63-81) (CORDEIRO, 2017, p. 1-19).

A noção de “regime militar” tem sido utilizada frequentemente em duas ocasiões. Muitas vezes como sinônimo de ditadura militar. Em outros casos, podemos encontrar tal termo em pesquisas em que a discussão conceitual não é o cerne das preocupações. Ambos os casos estão presentes nos trabalhos de Lucileide Cardoso (1994), Antônio Brito (2008) e Marcos Napolitano (2014).

Os conceitos de “autoritarismo” e suas variações, “sistemas autoritários” ou “regimes autoritários”, também têm sido utilizados com frequência em pesquisas sobre formas de regimes de exceção. Na atualidade, as pesquisas sobre os autoritarismos são derivadas dos estudos de Juan Linz sobre a ditadura Franquista que existiu na Espanha de 1939 a 1975. Segundo Linz, um “regime autoritário” é uma forma de dominação repressiva que tem como elementos primordiais a baixa competitividade política, a ausência de uma ideologia totalizante, a falta de um partido político organizador de manifestações de massas e em que valoriza a identificação emocional entre o povo e o líder ditatorial. Assim, as ditaduras autoritárias se distinguem dos regimes democráticos e das chamadas ditaduras totalitárias, como a Nazista (LINZ, 1979, pp 121-133). No tocante ao Brasil, Juan Linz afirmou no início da década de 1970 que a partir de 1964 foi edificada uma “situação autoritária” uma vez que a ditadura pós-1964 possuía a maior parte das características de um “regime autoritário” sem uma total institucionalização (LINZ, 1973, pp. 233-255).

O destaque dado por Linz em seus trabalhos para diferenciar a ditadura franquista do Sul da Europa das formas ditatoriais nazifascistas teve como uma das suas razões o contexto do período em que intelectuais e agentes políticos consideravam que a Espanha franquista era uma ditadura fascista. Por conseguinte, a noção de “autoritarismo” foi uma resposta a essa interpretação. Porém, o caso franquista não

foi a única julgada fascista uma vez que pensadores entendiam as experiências do Brasil e na América Latina como manifestações nazifascistas. Tais variantes foram chamadas de “neofascismo”, “fascismo dependente”, “fascismo latino-americano”, “fascismo crioulo” entre outros termos. Seus ideólogos atentavam que diferenças entre o “Nazifascismo” europeu e “fascismo latino-americano” residiam nos contrastes: nas Américas as ditaduras não possuíam um culto à personalidade do líder, não organizavam um partido de massas, não almejavam a conquista afetiva das massas e tampouco anunciavam como um dos seus propósitos o expansionismo militar (GARCÍA, 1978, pp. 13-16) (CUEVA, 1978, pp. 13-23) (TRINDADE, 1982, pp. 111-141). Em especial sobre o Brasil, Hércules Correa divergiu de que não existia uma agremiação fascista na ditadura brasileira uma vez que ele acreditava que a ARENA exercia tal função (CORRÊA, 1980, pp. 109-117).

Denise Rollemberg e Samantha Quadrat recorreram às reflexões sobre “autoritarismo” e elaboraram o conceito “regimes autoritários civil-militares” para adjetivar a experiência ditatorial brasileira e de outros países ao redor do mundo. Conforme as autoras, tais regimes foram resultados de coalizões civil-militares organizadas por indivíduos portadores de um tipo de “cultura política autoritária” baseada em ideias como o anticomunismo, o elitismo, o apoio incondicional ao Ocidente na Guerra Fria, na simpatia aos Estados Unidos (EUA) e ao *american way of life*, na defesa do Estado como promotor da industrialização e do desenvolvimento. Ainda segundo as autoras, os partidários dessa “cultura política autoritária” consideravam que os regimes democráticos podem ser eventualmente substituídos por ditaduras desde que os líderes das últimas se comprometam em reprimir os comunistas, em proteger a propriedade privada e em criar no futuro um novo sistema político com liberdades democráticas. Outro pilar desses “regimes autoritários civil-militares” foram não se basearem estritamente na violência e tampouco na manipulação das massas. Assim, buscaram obter apoio do conjunto da sociedade através de festas cívicas e de outras práticas de consentimento simbólico (ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010, pp. 11-28) (ROLLEMBERG, 2007, pp. 45-47).

Os conceitos “Estados burocrático-autoritários” (EBA), ou “Regimes burocrático-autoritários” foram tributários das contribuições de Linz e concebidos por Guillermo O’Donnell. Os EBA eram administrados pelas cúpulas da burocracia civil (tecnocratas), das forças armadas e das grandes corporações privadas. Essa aliança governava em benefício das parcelas mais proeminentes da burguesia, nacionais e estrangeiras, dos tecnocratas e as classes médias “modernos” (economistas e engenheiros) para promover o “aprofundamento da industrialização”, isto é, uma acumulação capitalista voltada para internacionalização da estrutura produtiva, para a consolidação da dependência em relação aos países centrais do capitalismo e para um maior disciplinamento das classes trabalhadoras. O último aspecto também incluía a exclusão social e a vontade de despolitizar as massas através da violência. Os líderes do EBA partilhavam da ideologia “tecnocrática”, que buscava reduzir as questões sociais e públicas a critérios pretensamente “neutros”, “técnicos” e elucidáveis nos apenas gabinetes dos burocratas e militares. Nos EBA, as FFAA se destacavam pela unidade, defesa das hierarquias sociais, disciplina, treinamento tático e pela possibilidade de veto aos outros grupos responsáveis pelo EBA (O’DONNELL, 1979, pp. 30-90) (O’DONNELL, 1986, pp. 20-61) (O’DONNELL, 1987, pp. 21-41).

Fernando Henrique Cardoso (FHC) elaborou a caracterização “autoritarismo-burocrático”, ela possui vários elementos em comum com a noção EBA, mas FHC enfatizou mais a preponderância castrense na política ditatorial. Conforme o autor, as FFAA centralizaram o aparelho de Estado com base em critérios corporativos, monopolizaram a capacidade de vetar as iniciativas dos demais segmentos da coalizão ditatorial e controlaram as áreas econômicas consideradas de interesse estratégicas. O “autoritarismo-burocrático” originou os chamados “anéis-burocráticos”: formas de organizações políticas informais constituídas no interior do aparelho de Estado para disputar desde a orientação de um plano econômico até quais setores seriam favorecidos em um projeto de infraestrutura. Os “anéis-burocráticos” eram compostos por empresários, tecnocratas e militares (CARDOSO, 1982, pp. 41-51).

FHC desenvolveu duas interpretações sobre as bases sociais do “autoritarismo-burocrático” em suas reflexões. A primeira foi análoga às considerações de O’Donnell: considerava que militares e tecnocratas agiam segundo os interesses das burguesias monopolistas nacionais e estrangeiras ao mesmo tempo em que excluíram as classes trabalhadoras (CARDOSO, 1975, pp. 178-186) (CARDOSO, 1977, pp. 67-81). Já a segunda interpretação apontava que o corpo burocrático militar-tecnocrático beneficiava a ele próprio e não as burguesias e demais classes dominantes (CARDOSO, 1982, pp. 59-62).

As reflexões de Guillermo O’Donnell e Fernando Henrique Cardoso fomentaram numerosas pesquisas. No campo marxista, destacaremos René Dreifuss. Em sua trajetória, Dreifuss teve como orientador Ralph Miliband, politólogo que se destacou a partir da década de 1970 por seus estudos o Estado no capitalismo, os agentes sociais que ocupam os cargos de destaque no aparelho estatal, a chamada “autonomia relativa” da burocracia frente aos interesses das classes dominantes. Dreifuss também utilizou as proposições de outros marxistas como ideias de Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas, o qual estabeleceu importante polêmica intelectual com Miliband.

Em linhas gerais, Dreifuss argumentou que transformações no capitalismo mundial impactaram na economia e na disposição sócio-política das classes sociais no Brasil. Por exemplo, fortaleceu política e numericamente a classe operária, ao mesmo tempo em que colaborou com a ascensão de um segmento das classes dominantes favorável à acentuação dos laços entre capital multinacional e o capital brasileiro, assim como à subordinação dos trabalhadores aos interesses deles. Essa camada das classes dominantes, o chamado “bloco multinacional-associado”, foi coordenado por uma elite responsável por entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e composta por empresários, militares geralmente oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG), pelos chamados “tecno-empresários”. O termo “tecno-empresários” foi construído a partir da conclusão de Dreifuss de que os burocratas ou tecnocratas que exerceram as funções de comando na política ditatorial não eram meros funcionários de Estado de carreira, mas “tecno-empresários” pois tais tecnocratas na verdade eram sócios, executivos ou diretores de grandes corporações nacionais e estrangeiras. Inclusive, oficiais militares igualmente se tornavam acionistas ou administradores de empreendimentos privados.

A função do IPES e congêneres era divulgar seus valores, recrutar aliados, homogeneizar ideologicamente seus pares e tomar partido nas disputas nacionais. Na década de 1960, o IPES e outras entidades classistas se engajaram em enfrentar as demandas da classe operária, dos políticos populistas e

para depor o presidente Goulart. Nos anos ditatoriais, a elite IPES-ESG organizou um regime “autoritário tecnocrático” e ocupou os principais postos do aparelho de Estado e utilizou as atribuições dele para modificar a economia, as mentalidades, as relações sociais e o funcionamento das agências estatais. Tais ações foram implementadas para satisfizessem os interesses dos líderes e ideólogos dessa elite representante do projeto multinacional-associado (DREIFUSS, 1981, p. 49-489).

Nos trabalhos posteriores, Dreifuss passou a utilizar o conceito de “regime militar” compartilhar das premissas presentes nos trabalhos de autores como João Quartim de Moraes e Martins Filho (DREIFUSS; DULCI, 1983, p. 87-117) (DREIFUSS, 1986, p. 168-177).

Os estudos de Dreifuss propiciaram reflexões de outros pesquisadores, que desenvolveram o conceito “ditadura empresarial-militar”. Partindo da ideia de que os civis que ocuparam os cargos de chefia na ditadura eram sócios e/ou executivos de grandes corporações, os adeptos dessa caracterização enfatizam que enquanto os sindicatos, jornais, líderes e militantes das classes trabalhadoras foram brutalmente reprimidos, as entidades, órgãos da imprensa e dirigentes das classes dominantes foram incentivados a aumentar suas atribuições. Por exemplo, frequentemente eram chamados para compor departamentos de assessoria e/ou para participar de reuniões de governo, bem como indicaram alguns indivíduos aos cargos de poder. Outro pilar desse conceito tem sido apontar que os chefes militares e os civis das classes dominantes compartilharam visões de mundo análogas e eles desenvolveram essa solidariedade de classe a partir das uniões matrimoniais, vínculos de amizade, experiências comuns (viagens, formação acadêmicas, presença em clubes, bares e restaurantes abastados) e pelo antagonismo aos mesmos grupos e ideias. Segundo a noção “ditadura empresarial-militar”, as políticas ditatoriais favoreceram principalmente os interesses do capital (nacional e estrangeiro) e o termo “civil” isoladamente é vago pois não precisa a camada ou classe social dos indivíduos não militares que idealizaram e geriram a ditadura. Podemos encontrar o desenvolvimento dessas reflexões no texto 08 do volume II do relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p. 314-338).

Pedro Campos compartilha das premissas acima e em seus estudos sobre o empresariado da construção civil demonstrou que os chefes ditatoriais favoreceram esse grupo apoiando a ampliação das suas formas de organização, reprimindo os trabalhadores do ramo (o que ajudava a baixar os salários e a elevar os lucros das empresas), facilitando a aquisição de empréstimos, garantindo reserva de mercado, tolerando práticas como o estabelecimento de carteis e, por vezes, acobertando atos de corrupção e superfaturamento das obras públicas. Citou a Operação Bandeirantes (OBAN), concebida para perseguir e eliminar os opositores do regime e contou com a coordenação de oficiais das FFAA, por agentes polícia política de São Paulo e com o financiamento de diferentes corporações tais como o Grupo Ultra, a Camargo Correa, a FORD e a General Motors, entre outros (CAMPOS, 06 de Nov. 2014). Em parcerias com autores que partilham da mesma chave explicativa, Campos e Brandão examinaram a dinâmica empresarial-militar na construção da usina de Itaipu (CAMPOS; BRANDÃO, 2023) e, em outra ocasião, observaram a ativa presença de militares da reserva em cargos de empresas privadas (CAMPOS; VASCONCELOS, 2021).

Em estudos e declarações, Fábio K. Comparato sustenta que a aliança entre FFAA, empresariado e grandes latifundiários organizou a “ditadura empresarial-militar” em reação às esquerdas e o programa de

Reformas de Base. Ele destaca que a imposição medidas pioneiras na América Latina: o sistema de terror estatal, o neoliberalismo econômico e a propaganda moderna. No último caso, cita o favorecimento do Sistema Globo de Comunicações pelos chefes militares (COMPARATO, 2014).

Maria H. M. Alves, Enrique S. Padrós e outros pesquisadores concluíram que ditaduras como a brasileira tinham como elemento fundamental a aplicação dos desígnios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e, por essas razões, as conceituaram de “Estado de Segurança Nacional” (ESN) ou Ditadura de Segurança Nacional. Os estudos deles informam que a DSN surgiu nos Estados Unidos na década de 1940, foi difundida mundialmente e no Brasil foi ensinada em diversas instituições de ensino militar, principalmente a ESG. Tal escola organizou um curso de altos estudos onde professores e estagiários civis e militares criaram a versão brasileira da DSN a partir da associação da matriz estadunidense com ideologias conservadoras nacionais. Assim, a DSN brasileira tinha como características a geopolítica, o anticomunismo, o anti-Varguismo, o cristianismo conservador, a compreensão que o ativismo das classes populares era resultado da infiltração marxista na sociedade, a defesa da modernização capitalista e da integração nacional, o apoio ao intervencionismo estatal na economia, a crença de que no Brasil prevalecia a harmonia racial, o favorecimento ao capital privado (nacional e externo) em áreas não consideradas de segurança nacional. Nesse ideário, as FFAA deveriam neutralizar as oposições, proteger a segurança nacional, assumir o poder em caso de graves crises sócio-políticas. Outros valores da DSN eram o apoio irrestrito aos EUA na luta mundial contra a ameaça soviética e seus aliados, os “inimigos internos” (COMBLIN, 1980, pp. 23-130).

Alves (1984) explicou que o ESN foi compulsoriamente organizado pelo complexo IPES-ESG e aplicou os desígnios da DSN nas reformas econômicas, sociais e políticas. Em tal processo, as oposições resistiram e foram respondidas com a criação de novos mecanismos de controle e coerção por parte do núcleo governante. Alves chamou tais estruturas de “Fases de Institucionalização” e destacou que o sistema de repressão e informação foi o mais desenvolvido pela cúpula do ESN.

Enrique Padrós acrescentou que o ESN criou o “terrorismo de Estado” (TDE), uma estrutura repressiva responsável pelas violências contínuas contra as oposições, pela desarticulação das organizações sindicais e populares e por ações de propaganda e disciplina social. Nos últimos casos, a meta era impor uma nova moral para os trabalhadores segundo aos cânones da DSN por meio de campanhas cívicas, moralistas e patrióticas). Tal qual Martins Filho e outros, Padrós demonstrou que houve no ESN a militarização do aparelho de Estado e ele constatou que a maioria dos chefes militares tinham estudado em escolas militares dos EUA e/ou em instituições inspiradas nas FFAA estadunidenses. Em tais experiências, foram familiarizados com doutrinas militares, equipamentos e valores dos EUA (PADRÓS, 2007b, pp.13-31) (PADRÓS, 2007a, pp.43-49) (PADRÓS, 2013, p. 03).

Estudiosos como Felipe Demier e Ricardo Antunes interpretam a ditadura brasileira como uma versão do “bonapartismo”, o qual tem sido uma forma de dominação burguesa organizada para destruir as organizações políticas dos trabalhadores e proteger a ordem burguesa em situações pré-revolucionárias. Um regime “bonapartista” pressupõe a transferência do poder dos representantes da burguesia para a burocracia (civil, policial ou militar), a autonomia destes setores em relação ao conjunto das classes dominantes, o fortalecimento do poder Executivo em detrimento do parlamento e das liberdades democráticas e a

utilização da violência para eliminar as dissidências internas e inaugurar um ambiente favorável e seguro para o desenvolvimento capitalista (DEMIER, 2014).

Ricardo Antunes enfatizou a importância das FFAA no que chamou de “Estado bonapartista de feição militar”, em que os militares com autonomia relativa visavam contemplar o conjunto das classes dominantes, embora privilegiando as grandes corporações. O crescimento econômico e a baixa participação política eram pilares fundamentais da ditadura e eram ancoradas no arrocho salarial e na violência contra os trabalhadores e de suas organizações (ANTUNES, 1992, p. 112-126).

Discussão dos conceitos

Acompanhando a ordem que utilizamos para apresentar os conceitos, começaremos as análises pela definição “ditadura militar”. A presença das FFAA e o processo de militarização dos órgãos estatais foram elementos fundamentais da forma de dominação pós-1964. Juntamente com os exemplos citados, vale lembrar que a participação castrense em funções públicas civis chegou a 28% do total dos servidores, os quais atuavam em pastas ministeriais e outros cargos anteriormente citados. O aparato de repressão e informações chegou a possuir 16 serviços: SNI, DOI, CODI, Centro de Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (Cenimar) –; as segundas seções de todas as organizações militares e os serviços secretos do Estado-Maior das Forças Armadas (FA-2), da Aeronáutica (A-2), do Exército e da Marinha (M-2). As Divisões de Segurança e Informações (DSI) eram presentes em cada ministério civil e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), estabelecidas em cada órgão público e autarquia federal. As DSI e ASI eram subordinadas ao SNI. As polícias estaduais e os corpos de bombeiros também foram militarizados. As primeiras também contavam com divisões de informações – as P2. Existiram estruturas que se mantiveram civis mas adotaram o *modus operandi* militar e colaboraram ativamente com os órgãos de repressão militares: os serviços secretos da Polícia Federal e os departamentos de Ordem Política e Social.

Na estrutura institucional, segundo as constituições de 1967 e 1969, as FFAA deveriam defender o país, garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. Assim, além da defesa territorial, eram responsáveis por garantir, eufemismo para tutelar, o sistema político e preservar a “ordem” ditatorial estabelecida (BRASIL, 1967) (BRASIL, 1969).

Porém, a definição “ditadura militar” possui também fragilidades explicativas. Começemos pela noção que em última instância a direção política esteve a cargo das FFAA. Um exame detalhado das crises políticas do período e dos processos decisórios do país demonstra a constante interação dentre os componentes militares e civis. Por exemplo, todas as decretações dos atos institucionais foram antecedidas de intensas discussões e negociações entre oficiais, políticos, juristas e tecnocratas. O importante Pacote de Abril de 1977 foi elaborado com base em reuniões em que estiveram presentes os generais Ernesto Geisel, Golbery Silva, ministro da Casa Civil, João Figueiredo, ministro do SNI, secretário pessoal do general Geisel, assim como Armando Falcão, ministro da Justiça, o senador Petrônio Portela e os deputados Marco Maciel e Francelino Pereira (ARENA).

Os centros nacionais de tomadas de decisão da área econômica permaneceram sob a gestão de tecnocratas e empresários não militares, embora parcelas das FFAA mantivessem significativa vigilância sobre as resoluções definidas por tais órgãos (CODATO, 1997).

Análises e textos memorialísticos nos informam que a eleição o marechal Castelo Branco e as sucessões presidenciais pós-1964 foram momentos de divisões, pactos e conciliações entre grupos opostos de militares e de civis. Mesmo a eleição do general Emílio Médici, que foi organizada por um colegiado de oficiais gerais das três armas em 1969, houve a colaboração de indivíduos de fora da caserna. Por fim, a sucessão do general João Figueiredo, ocorrida no final de 1984 e no início de 1985, não foi realizada por imposição castrense militar.

No que diz respeito a DSN, as pesquisas de Comblin, Alves e Padrós indicam que ela foi elaborada por civis e militares, mesmo partido de concepções castrenses.

Assim, embora dotada de importantes predicados, como a inegável proeminência castrense no sistema político, a ideia de que foi uma “ditadura militar” deixa espaços importantes que foram melhor trabalhados por outras chaves interpretativas.

Finalmente, cabem últimas observações. Ainda que os autores citados não tenham mencionado a seguinte colocação, a leitura dos pressupostos de tal definição permite aventar que a predominância castrense na ditadura foi resultado da “debilidade” civil. Divergimos desse olhar uma vez que o que existiu foi divisões de tarefas entre os segmentos da coalizão ditatorial. Militares se ocupando principalmente da repressão, empresários e burocratas trabalhando na concepção e execução de políticas públicas e uma infinidade de aliados atuando nos estados e municípios, sendo a maioria deles civis.

Passemos para o exame da caracterização “ditadura civil-militar”. As variadas referências apresentadas ao longo do artigo demonstram que a presença civil foi imprescindível para a concepção, implantação e funcionamento da ditadura. Para além dos exemplos citados, um estudo da origem profissional dos titulares dos ministérios e dos cargos status ministerial tradicionalmente exercidos por civis apresenta resultados importantes. Em tal investigação, contabilizamos apenas uma vez os indivíduos que exerceram duas funções em pastas diferentes no mesmo governo.

No governo do general e depois marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967), eram 27 civis e 3 militares, embora dois desses militares fossem Juarez Távora e Juracy Magalhães, ambos na reserva há mais de vinte anos e com intensa atividade em partidos políticos. Durante a gestão do general Artur da Costa e Silva, foram 14 civis e 6 militares. Entre os últimos, o general Edmundo Macedo Soares e o coronel José Costa Cavalcanti possuíam vida partidária antes da ascensão ao gabinete ministerial. Por sua vez, o general Emílio Médici teve como auxiliares no primeiro escalão 15 civis e 4 militares. O coronel Costa Cavalcanti foi mantido no cargo e os demais militares não possuíam passado na política institucional. Em seu governo, o general Ernesto Geisel organizou seu ministério com 16 civis e 3 militares. O almirante Euclides Quandt de Oliveira passou para a reserva em 1969 e no mesmo ano ele assumiu o cargo de diretor de Telecomunicações da Siemens do Brasil (1969 a 1972) e a presidência da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) (1972-1974). Por outro lado, o general Golbery Silva foi um dos fundadores do IPES, foi responsável pela fundação do SNI (1964) e presidiu a multinacional *Dow Chemical* para a América Latina

(1972-1974). Finalmente, foram 29 civis e 6 militares no governo João Figueiredo. Entre os oficiais das FFAA, Jarbas Passarinho voltou a ser nomeado ministro após ter atuado como político da ARENA na maior parte da década de 1970. Mário Andrezza, ministro dos Transportes entre 1969-1974, tornou-se proprietário e executivo de diferentes empresas a partir de 1974. O coronel César Cals foi governador do estado do Ceará (1971-1975), membro da ARENA e eleito indiretamente senador pelo Ceará em 1978.

Os dados apresentados no último parágrafo explicitam a presença civil na cúpula dos diferentes governos. Em especial, na área econômica, apenas um dos 24 indivíduos que foram ministros era militar.

Comparando as reflexões oriundas das perspectivas “ditadura militar” e “ditadura civil-militar”, percebemos que enquanto a primeira privilegia o aparelho de Estado como fonte de dominação, a última tem sua força nas pesquisas nos centros não estatais de apoio à ditadura e na interação desses com dirigentes estatais. Outro contraste entre as duas perspectivas foi a discussão sobre as formas de consenso social, as quais retornaremos mais adiante.

Por outro lado, concordamos com Boito Jr e com os estudiosos da categoria “ditadura empresarial-militar” em relação às imprecisões e fragilidade do termo “civil”.

Um leitor familiarizado aos contornos da interpretação “ditadura civil-militar” lembrará que seus adeptos têm dado relevância aos estudos dos diferentes espectros políticos. Porém, estamos de acordo com Boito Jr quando ele adverte que tais reflexões seriam mais abrangentes se apontarem quais interesses e conflitos das classes, frações de classes e camadas sociais que estão presentes em tais correntes de pensamento. Desta forma, as conclusões irão além de analisar a política a partir dos nomes e objetivos que os agentes históricos da conjuntura atribuem a si e seus adversários (BOITO JR, 2002, p. 127-139).

O exame atento das características principais da ditadura brasileira indica que ela foi um tipo de regime de exceção significativamente diferentes das formas ditatoriais nazifascistas. Assim como o partido ARENA não teve nada de nazifascista em sua organização e gestão. Por estas razões, o emprego do conceito “fascismo latino-americano” pouco colabora com o entendimento da ditadura pós-1964.

No que diz respeito à discussão da noção de “autoritarismo”, o conceito capta precisamente as distinções entre os casos brasileiro e nazifascista, o crescimento exponencial das atribuições do poder Executivo e da violência como arma política, a participação civil na administração e na propaganda política em tais ditaduras, o apoio prestado pelos colaboradores não militares. Ao mesmo tempo, ela desconsidera ou secundariza o caráter classista da sociedade e da ditadura brasileira.

A terminologia “regimes autoritários civil-militares” vincula reflexões presentes nas conceituações “ditadura civil-militar”, “regime autoritário” e as noções de “cultura política”. Além da incorporação de tais conceitos, houve inovações como a concepção de que a “cultura política autoritária” brasileira defendia uma ditadura temporária, a qual seria por um regime democrático desprovido de partidos e organizações de socialistas ou trabalhistas fortes.

Assim numerosos estudiosos, os adeptos da matriz “regimes autoritários civil-militares” entendem que a sociedade não esteve dividida entre repressores e resistentes, mas que entre esses extremos a ditadura despertou variadas formas de comportamento e de sentimentos: formas de apoio, entusiasmos, colaboração, simpatias – tímidas ou silenciosas –, indiferença ou até mesmo o sentimento de total impotência. Além

disso, a ditadura em diversos momentos obteve um consenso social em relação às suas propostas e métodos pois conseguiu mobilizar determinadas crenças e tradições fundamentais da cultura política nacional. Por essas razões, a longevidade da ditadura deve ser entendida menos pela capacidade repressiva e propagandística, que não são descartadas, e mais pelas formas de consenso.

Tais proposições contrastam com tendências como “autoritarismo-burocrático”, EBA, ESN, “ditadura empresarial-militar” por várias razões. Vamos destacar a questão do consentimento. Segundo as últimas perspectivas, as adesões à ditadura ocorreram em virtude da solidariedade de classe, dos interesses econômicos, da congruência ideológica e da disseminação dos valores das classes hegemônicas, ou da coalizão que comandava o aparelho de Estado, para o restante da sociedade. O último ponto muitas vezes foi desenvolvido a partir das discussões derivadas dos estudos de Gramsci.

Assim, embora não únicos, estamos diante de duas importantes chaves interpretativas sobre as formas de sustentação e de consenso em um regime ditatorial. Em destaque, se as camadas mais pobres brasileiras aderiram ao projeto ditatorial em determinadas ocasiões e por quais razões.

Nos posicionamos das seguintes formas diante dessas divergências. Reconhecemos a relevância das questões apontadas pelos adeptos das interpretações “civil-militar” e “regimes autoritários civil-militares” em se contrapor, por exemplo, a uma leitura dualista das posições no regime e valorizamos as iniciativas voltadas ao entendimento dos comportamentos sociais em relação ao sistema ditatorial.

Por outro lado, discordamos da maior parte dos postulados dessa interpretação. Primeiramente, o exame de tais estudos permite a interpretação de que os indivíduos puderam fazer escolhas racionais a partir de opções claras e bem delimitadas: adesão aos princípios, tradições e políticas representadas pela ditadura – que tinha como bases o ufanismo, a transformação do Brasil do país do futuro para a potência do presente, a vitória sobre o terrorismo, a ascensão do país em uma nação vencedora como nos mundiais de futebol – ou as propostas das organizações de esquerda revolucionária. Nesse raciocínio, os militares e seus aliados teriam dialogado melhor com os valores, normas e perspectivas presentes na sociedade brasileira e conseguiram estabelecer um pacto social (consenso social) com a última, onde ambos se consideravam beneficiados.

Do mesmo modo, o caráter repressivo do sistema é secundarizado sob esta perspectiva. Ou seja, não é negado, mas tampouco faz parte dos estudos que visam apontar as formas do amplo apoio social do regime. Em um artigo, Cordeiro destacou que a complexa vida social do país foi uma moeda com duas faces. Em uma, o general Médici é associado ao Milagre e ao futebol. São os “anos de ouro”. Na outra, general Médici é associado à repressão e aos “anos de chumbo” (CORDEIRO, 2013, p. 103-123). Em vista disso, a violência ditatorial representa uma face do regime que a memória coletiva tem exaltado enquanto os novos estudos apresentam a outra parte da moeda que muitos desejam esquecer.

Sobre essa questão, entendemos que todo estudo possui um objeto onde o pesquisador concentra suas atenções. Todavia, divergimos da metáfora da moeda e com essa leitura porque ela insinua a possibilidade de existir uma separação entre as “duas faces”. Como se fossem dois paralelos que não se encontram ou que um se desenvolve à revelia do outro. Porém, o que podemos perceber foi que fatos como o Milagre Econômico, os aplausos que o general Médici recebeu nas partidas no Maracanã e o sentimento

de otimismo partilhado por parcelas da sociedade foram historicamente construídos de forma combinada com as variadas formas de violações dos direitos humanos praticados contra diferentes indivíduos e grupos ao longo dos anos ditatoriais.

Outras tendências dos expoentes das interpretações “civil-militar” e “regimes autoritários civil-militares” que requerem atenção tem sido a busca de compreender os processos políticos deslocando-os do sistema capitalista e das diferentes formas de diferenças de classe, bem como a utilização imprecisa de conceitos como opinião e sociedade. A última ora é apresentada como dividida, mas, em outras ocasiões, temos afirmações em que as ditaduras são frutos da “sociedade”. Finalizando essa discussão, vale apresentar uma observação de Tatiana Poggi:

Se havia um consenso tão sólido e amplo como supõem os autores, se os “inimigos da nação” eram assim tão poucos e pobremente articulados, para quê destinar tanto tempo, recursos humanos, logísticos e financeiros na construção de uma estrutura repressiva do porte da que tivemos no Cone Sul? Se a maioria não reagiu, não se organizou em um movimento de oposição em massa, [...], cabe-nos indagar sobre o impacto da repressão e da violência política na desestabilização dessas iniciativas, inculcando o medo na sociedade e desencorajando os cidadãos a manifestarem abertamente suas opiniões. Sentir-se acuado, paralisado pelo medo não é consentir. Uma sociedade atravessada pelo medo e pelo terror não é uma sociedade em conformidade com o regime (POGGI, 2016, p. 656)

As ressalvas em relação a tal perspectiva não significam que a ditadura não teve defensores entre as classes trabalhadoras. Para além das adesões individuais, julgamos ser permanentes recorrer às abordagens sobre relações de força e construção de hegemonia presentes nas interpretações “ditadura empresarial-militar” e “bonapartismo”. Ambas partiram dos escritos de Gramsci e consideram que as formas de dominação estatais e classistas associam mecanismos de força e consentimento sobre suas respectivas sociedades. Nas ditaduras, os níveis de coerção são predominantes, mas não exclusivos. Em tal sistema, as formas de consenso são implementadas através dos órgãos estatais (como as instituições escolares e as agências de propaganda) e dos “aparelhos privados de hegemonia” (APH), que são os variados tipos associações, instituições e entidades organizadas pelas diferentes classes, categorias e camadas sociais de uma sociedade. Os APH incluem imprensa, igrejas, partidos, sindicatos, grupos associativos. Nas democracias, os APH das classes trabalhadoras e dos grupos populares dispõem de maior possibilidade de disputar a “hegemonia”, isto é, a direção política, econômica e ideológica de uma sociedade. No entanto, em sistemas ditatoriais, os APH dos grupos de oposição, aberta ou imaginária, são perseguidos e reprimidos como ocorreu no Brasil pós-1964.

Mas, como mencionamos anteriormente, os APH das classes dominantes e aqueles que difundiam valores próximos do ideário ditatorial receberam apoio para ampliar suas atividades. Igualmente, como demonstram estudos os estudos sobre as políticas educacionais da ditadura, havia um duplo interesse: reduzir a capacidade crítica do país e difundir as ideias preconizados pelos líderes do sistema. Neste sentido, foram incluídas disciplinas como “moral e cívica”. História e Geografia foram agrupadas nos “Estudos Sociais”. Outra característica dessas políticas foi investir pouco nas escolas públicas de 1º e 2º graus, hoje ensino fundamental e médio respectivamente. Por conseguinte, o conjunto das classes trabalhadoras receberam instruções acadêmicas precárias (LIRA, 2010). Cabe lembrar que o país vivia sob arrocho salarial

e a renda familiar caiu muito. Parte dos jovens abandonava as escolas para trabalhar. Eles e seus responsáveis trabalhavam longas jornadas, passavam muito tempo nos transportes públicos e, em geral, possuíam poucas possibilidades de lazer e entretenimento. Entre tais opções reduzidas, havia as emissoras de rádio e televisão, cujas linhas editoriais seguiam os valores dominantes.

Diante desses aspectos, não é difícil entender a presença de populares em manifestações cívicas promovidas pela liderança ditatorial. Não era uma simples manipulação e tampouco adesão, mas o resultado de ações políticas para que o conjunto da sociedade compartilhasse os valores da coalizão que tomou o poder através do golpe de abril de 1964. Todavia, apesar do trabalho dos APH e do Estado, nas eleições, ocasiões em que a população poderia se manifestar com alguma segurança, os candidatos governistas frequentemente não tiveram o resultado esperado. Os resultados das eleições de 1965 e dos pleitos posteriores a 1974 corroboram a afirmação anterior. As respostas aos insucessos eleitorais foram atos de força: decretação do Ato Institucional n. 2 (1965), cassações membros da esquerda do MDB (1974-1977), Lei Falcão (1976), entre outras. Na linha apresentada por Poggi, quando questionado, o sistema abraçava a coerção e não o consenso.

Feita essa longa digressão, passemos para as análises das demais perspectivas.

A caracterização “bonapartista” tem sido encarada por diversos autores como uma expressão muito própria da experiência da França do século XIX. Ainda que teóricos e militantes marxistas tenham se apropriado e desenvolvido mais esse conceito para examinar outras experiências históricas, tais como os escritos de Leon Trotsky sobre a ascensão do nazismo, segundo os críticos a essa adjetivação, o uso de “Bonapartismo” retira parte importante das especificidades da ditadura brasileira.

No que concerne às discussões sobre o conceito, “ditadura empresarial-militar”, Beatriz Kushnir partilha da ideia de que os empresários não foram a única base de apoio não militar da ditadura uma vez que existiu o papel preponderante de grupos como a imprensa e a Igreja Católica (KUSHNIR, 06 nov. 2014). Segundo Carlos Fico, ele e estudiosos como Reis Filho, Gláucio Soares e Argelina Figueiredo compartilham da ideia que tendência em questão superdimensiona o papel dos empresários no golpe e na condução da ditadura em detrimento dos militares, os quais possuíam o monopólio do poder de decisão (FICO, 2004, p. 32-50). Fernando H. Cardoso, por sua vez, argumentou que o exercício de nomear um sistema político a partir da análise da formação ou classe social da elite dirigente era uma atividade que pouco ajudava no conhecimento pois nos outros países capitalistas os cargos de chefia eram exercidos por empresários e tecnocratas. Assim, o caráter empresarial não seria um traço distintivo.

Em outro trabalho, Fico apresentou mais argumentos para embasar suas ressalvas em relação à conceituação “ditadura empresarial-militar” em especial e à abordagem marxista como um todo. O referencial que ele utilizou para debater tais ideias foi o conjunto de artigos publicados no livro “A miséria da historiografia” (MELO, 2014). Partindo de um tom provocativo, Fico questionou por qual razão o conceito de classe social deveria ser empregado para as análises relativas à ditadura, uma vez que essa noção traz dificuldades e limitações intrínsecas que, na opinião dele, não foram devidamente solucionadas pelos trabalhos que ele examinou. Em segundo lugar, afirmou que a polêmica sobre o uso de classe social nos períodos em questão ficou reduzida às questões sobre os grupos que apoiaram o golpe, quais camadas

colaboraram com a sustentação e a continuidade da ditadura. Inclusive, segundo Fico, tais premissas foram estabelecidas por Daniel A. Reis Filho e não pelos marxistas. Outra fragilidade desse modelo interpretativo tem sido a incapacidade dele de tratar adequadamente os posicionamentos da alta e da baixa classe média no decorrer da ditadura. Em outros termos, a leitura “empresarial-militar” reproduz um velho problema da teoria social marxista: está voltada para a dinâmica das burguesias, faz referências ao proletariado mas ignora as classes médias (FICO, 2017, p. 31-37).

Em relação ao ESN, os analistas que discordam dessa chave interpretativa argumentam que a ideia de doutrina é significativamente rígida (pretende abarcar tudo) e academicamente elaborada e fechada. No primeiro caso, a imprecisão do termo ocorre porque ideologicamente a ditadura era bastante flexível. Por conseguinte, abarcava diferentes correntes de opinião que em comum eram anticomunistas: liberais, conservadores, moralistas, desenvolvimentistas. No tocante ao caráter acadêmico, poucos membros do sistema estavam familiarizados com os temas geopolíticos e as “minuciosidades” da DSN. Dessa forma, tal conceito explicaria o pensamento de uma pequena parcela dos dirigentes e apoiadores do regime e, conseqüentemente, não seria a noção ideal para adjetivar a ditadura.

Outra divergência recorrente é apontar que o ESN valoriza os elementos externos da ditadura em detrimento dos fatores internos e que a aceitação da importância da DSN pressupõe uma finalidade prévia da ditadura. Ou seja, seus partidários já teriam em mente o arranjo político-institucional, bem como a direção econômica e ideológica. Por outro lado, para tais críticos, a ditadura não nasceu pronta e tampouco sua dinâmica correspondeu as idealizações e vontades dos chefes e ideólogos do sistema, mas ela foi produto de constantes adaptações às crises e pressões.

Considerações finais

Nosso trabalho abordou os principais conceitos desenvolvidos para entender as especificidades da ditadura imposta ao Brasil. Demostramos que a adoção de um termo não significa apenas adjetivar o sistema político e tampouco ser “nominalista”, mas cada conceito trazia consigo uma gama de preocupações teórico-metodológicas e ilustram quais elementos da ditadura serão o ponto de partida dos diferentes estudos.

Afirmamos em numerosas ocasiões que o exercício proposto nesse artigo tem sido incomum especialmente no campo historiográfico atual. Diferentes razões explicam tal tendência. Podemos citar de início a crença de que textos históricos com debates teóricos afastariam o público comum, o qual nutriria sua curiosidade histórica com produções de qualidade duvidosa feitas por não historiadores. Sobre esse assunto, importante evocar o papel do mercado editorial em afastar o público dos trabalhos históricos pois não valoriza a produção acadêmica. Além disso, apoiamos textos mais inclusivos, com os referenciais teóricos apresentados de forma a educar os leitores usuais, a “transposição didática”.

Uma segunda causa do abandono das discussões é a crença que esse é um exercício de formalidade em monografias, dissertações ou teses. Assim, os quadros teóricos são produzidos pelas exigências da banca e, em seguida, parte-se para a empiria, vista como mais importante. Os limites de páginas e de caracteres nas

revistas acadêmicas também acabam colaborando com tal quadro, pois os estudiosos procuram se concentrar na apresentação e resultados de pesquisas com fontes documentais e não nas bases teórico-metodológicas que os orientam, deixando em geral subentendidas tais escolhas.

Não é necessário em todo trabalho fazer grandes explicações e tampouco buscar desenvolver conceitos nessas mesmas ocasiões. Afinal, todo pesquisador está em diálogo com aqueles que os antecederam e, por conseguinte, assimilam experiências anteriores. Por outro lado, a prática de valorizar excessivamente a empiria traz outros problemas como o reducionismo teórico e o ecletismo conceitual produzidos pela pouca familiaridade com determinadas noções. Por exemplo, ideias diferentes como civil-militar e ditadura militar ou regime militar aparecem em numerosos trabalhos como análogas ou complementares. Não advogamos por uma “pureza teórica”, mas que as combinações sigam critérios de coerência analítica. No decorrer desse artigo, observamos como conceitos diferentes dialogam entre si – como EBA, empresarial-militar e ESN – e apresentamos como “consenso” tem significados distintos ou até mesmo antagônicos de acordo com o corpo teórico aplicado.

Outras consequências do reducionismo teórico têm sido a inabilidade ou o rechaço em trabalhar com determinadas conceituações em especial, como classe social e com o marxismo em geral. Abordaremos essas questões adiante.

Vejam os casos da categoria “classe social”. Existe o entendimento de que esse conceito deveria ser abandonado porque a maior parte dos atores históricos conscientemente não se definem por termos classistas. Assim, os estudiosos enquadram os atores históricos segundo critérios classistas. Outros pesquisadores tomam determinada interpretação de “classe social” e tiram numerosas conclusões. Geralmente, partem das tradições stalinistas e/ou estruturalistas que, em linhas gerais, definem classe por critérios fechados e economicistas: lugar na produção de riqueza da sociedade, função na organização do trabalho, forma como se obtêm os recursos socialmente produzidos. Os problemas dessas leituras têm sido reconhecidos e enfrentados sobretudo dentro do marxismo. Podemos citar Aijaz Ahmad e Walter Benjamin e suas análises sobre cultura e classe, as numerosas intervenções teórico-interpretativas de Gramsci nos debates de hegemonia, consciência de classe e nos demais temas desenvolvidos no nosso artigo. Juntamente com ele, cada vez mais as abordagens de historiadores como Edward P. Thompson vem sendo exploradas para além da História do Trabalho. Em todos os casos mencionados não encontramos referências engessadas de classes sociais e seus conflitos, mas a busca da compreensão da lógica própria de cada processo histórico, a heterogeneidade das classes e de suas posições, a percepção de que existem aspectos propriamente econômico das classes associados de forma dialética com as noções de cultura, organização política, alteridades e costumes. Por todos esses argumentos, rechaçar ou minimizar conceitos como classe social significa abrir mão de uma precisa ferramenta de compreensão.

Por fim, observamos tendências de criticar o “marxismo, ou a qualquer concepção de história que se proponha a formular explicações totalizantes para a vida social. Quase sempre afirmando que tais perspectivas, deterministas ou totalitárias [assim como economicistas ou teoricamente rígidas]” (MATTOS, 2014, p. 78). Por conseguinte, desaparecem dos textos não apenas noções como classe social ou lutas de classes, mas igualmente as propostas de uma abordagem em que as condições materiais da produção devem

estar associadas as demais diferentes esferas da vida social. Do mesmo modo, a recusa ou a leitura reducionista de temáticas como o componente classista do poder e da natureza do regime, assim como a rejeição de categorias como dominação, consciência de classe, ideologia têm empobrecido a produção científica como um todo e orientado pesquisas cujas premissas iniciais determinam os aspectos que serão discutidos, excluindo todos os outros que não favorecem aquelas hipóteses primeiras.

Porém, como buscamos deixar claro, o olhar que se propõe ser menos engajado, não militante e mais “asséptico” da ditadura, bem como as análises pouco precisas de diversos eventos do período têm sido combatidos por reflexões que enfatizam a “totalidade” do processo histórico, os vínculos internacionais do sistema ditatorial e como ele promoveu riqueza, poder e privilégios para grupos específicos da sociedade em prejuízo da maior parte dela. Finalmente, os trabalhos que enfatizam o caráter repressivo da ditadura e/ou apontam as continuidades do modelo ditatorial para o Brasil atual não estão favorecendo um tipo de memória “dualista”, mas, em geral, agem com rigor historiográfico e promovem um exercício político de solidariedade com os atingidos pelos nefastos anos de repressão.

Referências:

ALVES, M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes: 1984.

ANTUNES, R. **A Rebelião do Trabalho. O confronto Operário no ABC paulista: as greves 1978/1980**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BOITO JR, A. Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista. **Crítica Marxista**. São Paulo, v. 1, n.15, p. 127-139, 2002.

BOITO JR, A. Os civis vestiram a farda? (Entrevista). **Jornal da Unicamp**. Campinas, nº.592, 2014. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/os-civis-vestiram-farda> Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL, **Ato institucional nº 1**. 09 abr. 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-csr.html> Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso em 20 jan. 2024

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório volume II: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014

BRITO, A M. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. (2008). Antônio Jorge de Almeida. 242. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

CAMPOS, P. Empresarial-militar, civil-militar ou somente militar? Três conceitos para definir o mesmo golpe. *In*: COSTA, Í. **NPC – Núcleo de Comunicação Piratininga**. Rio de Janeiro: 06 de Nov. 2014. Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/empresarial-militar-civil-militar-ou-somente-militar-tres-conceitos-para-definir-o-mesmo-golpe/> Acesso em 24.01.2024

CAMPOS, P.; VASCONCELOS, C. A aliança empresarial-militar e a ditadura brasileira: a atuação de empresários em escolas militares e de integrantes das forças armadas em companhias privadas durante o regime pós-1964. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 200-220, 2022.

- CAMPOS, P.; BRANDÃO, R. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: Violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 77, p. 7-34, 2023.
- CARDOSO, F H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, F H. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, F H. Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina. COLLIER, D. **O novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARDOSO, Lucileide. Construindo a Memória do Regime de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n° 27, 179-196, 1994.
- CODATO, A. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COMPARATO, F. Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro. **Cadernos IHU ideias**. São Leopoldo, vol. 12, n° 205, p. 05-26, 2014.
- COMBLIN, J. **A Ideologia de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORDEIRO, J. Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972. **Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani**. Bologna, v. 4, n. 2, p. 82-102, 2012.
- CORDEIRO, J. Futebol, comemorações e ditadura: o consenso durante os anos Médici. **Revista Perspectiva Histórica**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 97-124, 2013.
- CORDEIRO, J. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, [S. l.], v. 1, 2017. Disponível: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71513> Acesso em 18 fev. 2024.
- CARONE, E. **O Movimento operário no Brasil**. Editora Difel: São Paulo, 1979.
- CORRÊA, H. **A classe operária e seu partido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUEVA, A. Intervencione - La cuestión del fascismo en América Latina. **Cuadernos Políticos**. Ciudad de México (D.F), n° 18, 13-17, 1978.
- DEMIER, F. A Ditadura Bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. **Outros Tempos**, [S. l.], vol. 11, n.17, p. 166-182, 2014.
- DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, R. Nova República: novo Exército? In: KOUTZII, F. **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: Editora: L&pm, 1986.
- DREIFUSS, R; DULCI, O. As forças armadas e a política. In: SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. **Sociedade e política no Brasil pós-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n°. 20, p. 05-74, 2017.
- GARCÍA, Pío. Intervencione - La cuestión del fascismo en América Latina. **Cuadernos Políticos**. Ciudad de México (D.F), n° 18, 17-25, 1978.
- KUSHNIR, B. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. (2001). Orientador: Maria Stella M. Bresciani. 428f. Tese de Doutorado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001
- KUSHNIR, B. Empresarial-militar, civil-militar ou somente militar? Três conceitos para definir o mesmo golpe. COSTA, Í. **NPC – Núcleo de Comunicação Piratininga**. Rio de Janeiro: 06 de Nov. 2014 Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/empresarial-militar-civil-militar-ou-somente-militar-tres-conceitos-para-definir-o-mesmo-golpe/> Acesso em 24.01.2024
- LIRA, A. T. N. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Orientador: Luiz Carlos Soares. 367f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

- LINZ, J. The future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: the case of Brazil. STEPAN, A. **Authoritarian Brazil**. New Haven and London: Yale University Press, 1973.
- LINZ, J. Regimes Autoritários. *In*: PINHEIRO, P. S. **O Estado Autoritário e Movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.
- MARTINS FILHO, J. R. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas da Ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- MATTOS, M. B. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. MELO, D (org.). **A miséria da historiografia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MORAES, J. Q. Sobre o “aprimoramento” da expressão ditadura militar. **Portal Vermelho**. São Paulo: 2012a. Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4891&id_coluna=24 Consulta em 22 jan. 2024
- MORAES, J. Q. Ditadura militar: os nomes e os fatos. **Portal Vermelho**. São Paulo: 2012b. Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4929&id_coluna=24 Consulta em 22 jan. 2024
- MOTTA, R. Entrevista - Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória. TEÓFILO, J.; LEAL, B. **Café História**. 12 jan. 2017. Disponível em <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodrigo-patto-sa/> Acesso em 25 jan. 2024
- MOTTA, R. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. *In*: MOTTA, R; ABREU, L. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013
- MOTTA, R. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.
- NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- O'DONNELL, G. Desenvolvimento político ou mudança política. PINHEIRO, P. S. **O Estado Autoritário e Movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.
- O'DONNELL, G. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986.
- O'DONNELL, G. **Reflexões sobre os Estados Burocráticos-Autoritários**. São Paulo: Vértice, 1987.
- PADRÓS, E. América Latina: ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **História e Luta de Classes**, [S. l.], n° 4, p. 43-49, julho 2007[a].
- PADRÓS, E. As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das forças armadas da América Latina. **Outros Tempos**, [S. l.], v. 1. 1 esp., 13-31, 2007[b].
- PADRÓS, E. **Ditaduras de segurança nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos**. *In*: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). 2013. Anais do XVII Simpósio Nacional de História. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 01-16.
- POGGI, T. A política é a arma do negócio: o papel dos EUA e das Corporations na construção da ditadura chilena. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre. v. 42, n. 2, p. 633–660, 2016.
- REIS FILHO, D. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 23, n° 45, 171-186, 2010.
- REIS FILHO, D. O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira> Consulta em 22 jan. 2024
- ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *In*: FERREIRA, J; DELGADO, L. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do sec. XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROLLEMBERG, D; QUADRAT, S. (orgs). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TRINDADE, Hélgio. El tema del Fascismo em Latina. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, [S. l.], n.º30, p. 111-141, 1982.

Notas

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Professor I da prefeitura do Rio de Janeiro (SME-RJ). Membro do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP/UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4341725802728021>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6855-2341>. E-mail: tiagobenin@yahoo.com.br.

Recebido em: 28 de fev. 2024

Aprovado em: 20 de abr. 2024